

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 108.192 - DF (2019/0040220-1)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ

RECORRENTE : T C L (PRESO)

**ADVOGADO : JULIANA RAMOS DE FREITAS RODRIGUES -
DF035929**

**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E
TERRITÓRIOS**

DECISÃO

T. C. L. alega sofrer coação ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios** (HC n. 0722050-80.2018.8.07.0000).

Da análise dos autos, observo que este *mandamus* foi deficientemente instruído, porquanto a inicial não veio acompanhada da **cópia da decisão que decretou inicialmente a prisão preventiva da recorrente**, o que impossibilita a compreensão do caso e inviabiliza o regular processamento deste habeas corpus.

Ação constitucional de natureza mandamental, o habeas corpus tem como escopo precípua afastar eventual ameaça ao direito de ir e vir, cuja natureza urgente exige prova pré-constituída das alegações, não comportando dilação probatória.

É cogente ao impetrante, sobretudo quando se tratar de advogado constituído, apresentar elementos documentais suficientes para se permitir aferir a alegada existência de constrangimento ilegal no ato atacado na impetração.

À vista do exposto, nos termos do art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente** este recurso em habeas corpus.

Nada impede, porém, à vista dos princípios da economia e da celeridade processuais, que, caso a parte traga as peças faltantes, o pedido seja considerado e analisado.

Publique-se e intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2612 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 15 de Fevereiro de 2019 Publicação: Segunda-feira, 18 de Fevereiro de 2019

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

